

ATA Nº 09/2019 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS.

Aos dezesseis dias do mês de julho, às dezesseis horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos, localizada na rua 1822, nº 1510, Centro, Balneário Camboriú, os(as) seguintes **conselheiros(as)**: Ana Carolina Lemos Cavalheiro (Suplente/Secretaria de Educação); Otávio José Zini Vieira (Titular/Amigos e Tribos); Claudemir Gonçalves (Titular/C.R.P Psicologia de Santa Catarina -12ª Região) e Eliz Marine Wiggers (Suplente/C.R.P Psicologia de Santa Catarina -12ª Região). **Justificou** sua ausência: Marisa Zanoni Fernandes (Titular/ ACESA). **Outros Participantes:** Thiago Pacheco (Secretaria de Inclusão social); Antonio Ivo Dal’Piva (Casa dos Conselhos); Marilene Rosana Severino Cardoso (Diretora/Casa dos Conselhos). Presidente Otávio dá início à reunião e procede à leitura da ata da reunião anterior. Após feitos os esclarecimentos e apontamentos correspondentes, é **aprovada a Ata Nº 08/2019**, da reunião ordinária do dia dezoito de junho. Na sequência procede à leitura da ata da reunião extraordinária do dia dezesseis de abril, correspondente à aprovação do Regimento Interno, sendo **aprovada a Ata Nº 07/2019**. Conselheiro questiona o motivo pelo qual a ata da reunião extraordinária do mês de abril foi aprovada somente nesta reunião do mês de julho, para o qual é esclarecido que houve um problema técnico com o áudio. Na continuidade são apresentados os **Documentos recebidos:** Ofício nº271/2019, da Secretaria da Pessoa Idosa, do dia 15 de julho, em resposta ao ofício 16/2019, encaminhando em anexo o ofício 243/2019 de indicação dos representantes titular Maristela Rocha e suplente Caroline Bacin Testa. Ofício 049/2019 da Casa de Passagem do Migrante, de 15 julho de 2019, em resposta ao ofício 17/2019 referente ao projeto Não dê Esmola. Ofício nº533/2019 do Departamento de Promoção Social da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, do dia 15 de julho, sobre o Plano de Trabalho para Reordenamento e Atendimento para Pessoa em Situação de Rua, referente ao Projeto “Não dê Esmolas, Dê Oportunidades”, encaminhado em anexo. Primeira parte do Projeto “Não dê Esmola”, entregue em mãos ao Presidente no dia da reunião e Segunda Parte do Projeto “Não dê Esmola” encaminhado via e-mail, também neste dia. Logo, são apresentados os **Documentos Expedidos:** Ofício nº13/2019, do dia 12 de julho, convidando a Associação da Parada da Diversidade para participar da reunião do CMDH; Ofício nº 14/2019, do dia doze de julho, convidando o Prefeito Fabrício Oliveira para participar da reunião do CMDH no dia dezesseis de julho, para tratar da reforma administrativa. Ofício nº15/2019, do dia doze de julho, com convite à Secretaria de Articulação Governamental para participação do Secretário Marcos Kurtz da reunião de dezesseis de julho. Ofício nº16/2019, do dia doze de julho, à Secretaria da Pessoa Idosa, solicitando a substituição dos conselheiros devido ao elevado número de faltas. Ofício nº17/2019, do dia doze de julho, à Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, com cópia à 6ª Promotoria de Justiça, referente à solicitação do projeto Não dê esmola (na íntegra). No que diz respeito ao ofício nº 17/2019 enviado à Secretaria de Inclusão Social, Presidente Otávio explica que, na reunião na qual foi chamada a pessoa da SDIS para explicar, já tinha se comprometido a encaminhar na semana seguinte, o que não foi feito. Logo, foi encaminhado outro ofício reiterando a solicitação, que também não foi respondido. Após, Presidente Otávio foi pessoalmente até a Secretaria de Inclusão e solicitou pessoalmente, e também não foi atendido, então foi encaminhado um ofício, com cópia para o Ministério Público, solicitando encaminhamento do Projeto na íntegra para ser apresentado na reunião deste dia. Presidente Otávio acrescenta que, pelo fato do conselho ter encaminhado com cópia para o Ministério Público, desta vez o conselho recebeu o projeto conforme solicitado. Sr. Thiago fala que independente de ter ido com cópia para o Ministério Público a resposta viria, e que não sabe por quê não veio antes e alega que pode ter acontecido que o ofício que foi entregue, acredita por Paulo, possa ter sido extraviado ou algum outro motivo, para o qual Presidente Otávio afirma que de qualquer forma, a pessoa que veio e prometeu também não cumpriu e mesmo ele tendo falado pessoalmente não foi cumprido. No que diz respeito ao ofício Nº 13/2019 encaminhado para a Associação da Parada da Diversidade, Otávio informa que ainda não obteve resposta. Em relação ao ofício encaminhado à Secretaria da Pessoa Idosa, informa que já chegou a resposta por e-mail, com a indicação de representantes titular e suplente, e hoje a



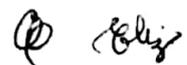
representante Maristela veio para se apresentar, estando justificadas ambas representantes. Logo, fala dos ofícios encaminhados ao Prefeito Fabrício Oliveira e ao Secretário Marcos Kurtz, convidando ambos a participarem desta reunião do conselho para tratarem sobre a reforma administrativa, por considerar que a discussão sobre a reforma administrativa tem que ser feita antes de ser enviada à Câmara de Vereadores, pois para modificar depois alguma coisa nela, só será possível por meio de emendas. Acrescenta que foi informado, via Diretora da Casa dos Conselhos que, por motivo da agenda do aniversário da cidade, eles não poderiam estar aqui hoje, inclusive foi informado que poderia ser marcada a reunião depois que for enviada à Câmara de Vereadores, para o qual Presidente Otávio informa que explicou que não pode ser feita após encaminhamento à Câmara pelo motivo supracitado, e que por este motivo deverá ser encaminhado um novo ofício para marcar uma reunião extraordinária para a próxima semana para isso. Fala da importância dessa reunião pelo fato de que dentro da reforma administrativa, enquanto conselho, podem ter diversas sugestões para uma maior participação tanto dos conselhos como um todo, como do Conselho dos Direitos Humanos. Logo, informa que a Secretaria de Inclusão Social enviou dois ofícios em resposta, um deles com o projeto "Não dê esmola" na íntegra e outro com relatório do que já foi feito. Otávio irá escanear e encaminhar aos conselheiros. Logo, observa que não consta no projeto a participação dos conselhos e da CDL. Thiago salienta que a realização do programa é feita sim por parte de uma Secretaria e é viável se fazer um programa vinculando com CDL e os conselhos, por se tratar de um programa municipal, mas sim foi falado na reunião no Hotel Geranium da parceria que existe do Conselho Municipal de Assistência Social e também da CDL, e também da Secretaria de Segurança e da Sociedade Civil, mas que a "proponência" disso é da Secretaria de Inclusão Social. Presidente Otávio afirma que o projeto deve passar pelos conselhos para o qual Thiago informa que já passou pelo Conselho de Assistência Social. Logo Otávio manifesta que o CMAS é um conselho que já é subordinado. Thiago reafirma que passou pelo CMAS e discorda no fato de ser subordinado à Secretaria. Otávio esclarece que está vinculado. Otávio questiona se Thiago afirma que participou das reuniões do conselho que tratou de matérias sobre campanha não dar esmolas, ou seja na formulação do projeto "Não dê Esmola". Thiago diz que o projeto passou pela reunião do CMAS, exceto a formulação do plano de ação. Acrescenta que é trabalhada há anos na Secretaria de Assistência Social a problemática da população em situação de rua. Otávio afirma que na reunião realizada no Hotel Geranium foi falado que teve total participação do Conselho Municipal de Assistência Social na formulação, e agora ficamos sabendo, pelo que o Sr. Thiago acabou de falar, que o CMAS não participou na elaboração do projeto, e não consta em ata nenhuma essa participação, se tratando de uma informação truncada e solicita que conste em ata. Presidente Otávio informa que não passou pelo CMDH e nem foram sequer convidados para a apresentação e não houve convite para nenhum dos outros conselhos. Finalmente observa que, temos duas informações completamente conflitantes e deve se verificar qual das duas é real. Thiago alega que como não participou de todas as reuniões do CMAS, ele desconhece que tenha passado mas, pode ser que sim e tem que ser verificado nas atas desse conselho e acrescenta que não haveria necessidade de passar pelo CMAS porque esse programa não depende de recursos do Fundo de Assistência Social e que existe recurso específico para esse programa e que apenas foi reformulada a forma de trabalho para fazer esse programa. Marilene fala que a questão da participação pode ter sido alguma consulta com os conselheiros que não conste em ata, e que pode ser verificado. Presidente Otávio informa que, enquanto ao recurso não precisaria de aprovação, mas sim no sentido de um parecer técnico. Marilene questiona se tem alguma ressalva referente ao projeto para o qual Otávio informa que acabaram de receber e não teve tempo hábil para ser analisado. Logo procede à leitura dos pontos mais importantes da **Primeira Parte do Projeto Não dê Esmola**, recebido durante esta reunião. Presidente Otávio fala das diversas denúncias, algumas delas de pessoas com indicativos do CAPS, que deveriam ficar na Casa de Passagem até o final do tratamento e foram expulsas. Inclusive fala que um desses casos de pessoas em tratamento no CAPS, é sobre uma pessoa em situação de rua que foi agredida pelo pessoal do Resgate Social e dos Bombeiros, em Taquaras, e foi entrado em

contato através do CISS CTA, já que era soropositivo, estava na casa de passagem e estava fazendo tratamento tanto no CISS CTA quanto no CAPS. Existia um documento do CAPS dizendo que deveria ficar até o final do tratamento e após vinte e quatro horas queriam tirar ele de lá, pelo qual teve que ir pessoalmente até a Casa de Passagem para resolver a situação. Thiago esclarece que é para permanecer na Casa, desde que o convívio não cause perturbação dos demais que estão aí e cita como exemplo o caso de uma moça que repentinamente ficava nua, motivo pelo qual não pôde mais permanecer, e foi feito o encaminhamento via CAPS para permanecer na casa com a família, dando continuidade ao tratamento no CAPS. Presidente Otávio concorda plenamente mas, fala que a informação que lhe fora passada é que alegaram que tinham passado as quarenta e oito horas e por isso não poderia mais permanecer. Thiago informa que isso não procede, como Coordenador da Casa de Passagem, que não tem ninguém que possa ser retirado da casa porque acabou seu tempo, ao menos nesses últimos dez meses em que está como Coordenador. Outrossim informa que há pessoas na Casa de Passagem que estão há oito meses, outras que estão há três meses, e tem pessoas que chegaram na Casa de Passagem e que o Plano da Assistência Social era para que elas ficassem um mês mas, ela não cumpriu com o Plano dela, ela deveria sair todo dia de manhã procurar trabalho e voltar para a casa mas, chegava na casa embriagada, causando transtorno e por medida disciplinar ficava impedido de dormir na casa nessa noite, devendo passar pelo CREAS, e fazer um novo Plano de Assistência Social, devendo conversar com a Psicóloga. Thiago acrescenta que na Casa tem que ter regras. É questionado se não existe um segundo passo para essas pessoas que não se enquadram no padrão perfeito, sendo colocado que só a Casa de Passagem não resolve esse tipo de situação e que no município deveria ter projetos para não se chegar a esse ponto. Thiago informa que a média por semana é de vinte e cinco pessoas de outros municípios em situação de rua. Cita como exemplo o caso de Florianópolis e explica que eles não têm o direito de comprar uma passagem e encaminhar um morador de rua de Florianópolis para nosso município e informa que quinhentas e nove pessoas neste ano, viajaram para retorno ao convívio familiar ou para casa de algum amigo que após entrarem em contato foi registrado o endereço para o qual cada um deles foi. Conselheiro Claudemir manifesta que o que está sendo feito não é suficiente, por exemplo falta um projeto referente à questão de vagas para pessoas com deficiência. Thiago informa que na Casa de Passagem contam com cadeiras de rodas, banheiros acessíveis, parceria com a AFADEFI, a qual disponibiliza equipamentos e tem também enfermeiros, quando necessário, disponibilizados pelo Hospital Ruth Cardoso, que vão na Casa de Passagem para fazer manutenção daquela pessoa que está acamada. Conselheiro Claudemir afirma que então essa questão está resolvida. Presidente Otávio fala do diagnóstico que foi apresentado lá na reunião inicial, em que ela apresentava os motivos que mantinham as pessoas em situação de rua e durante a apresentação foi frisado o título do projeto "não dê esmola", e em nenhum dos motivos apresentados apareceu o por quê do título "não dê esmola" ao invés de "dê oportunidade" e a grande maioria era ou por dependência química, ou por falta de oportunidade, e o último item que tinha dentro dos motivos da manutenção da pessoa em situação de rua era a questão do óbolo (esmola), então Otávio questiona o motivo pelo qual não constam no projeto esses dados que a Secretária apresentou naquele dia, para o qual foi feito um levantamento. Thiago informa que esses dados não se encontram no projeto nem no relatório e que podem ter sido obtidos pela equipe técnica da Abordagem Social e que tal vez ela deixou ou esqueceu de colocar. Presidente Otávio explica que o que justifica o projeto são esses dados. Thiago fala do mestrado que está fazendo nessa área e esclarece que não necessariamente precisa dos dados para sustentar a implantação de política pública para os moradores de rua. Presidente Otávio explica que embora não seja necessário um levantamento de dados para justificar fazer um trabalho para a população de rua, esses dados são necessários para saber de que forma esse trabalho irá ser desenvolvido e esses dados podem ser dados sociais oficiais ou até pesquisados quanti e qualitativamente, que é o que pelo menos se espera de um bom gestor público e manifesta que lhe espantou o fato desses dados que a gestora apresentou como justificativa não estarem no projeto, tendo apresentação, introdução e objetivos



no projeto e não há uma justificativa nisso. Sr. Thiago alega que não é necessário pois o Plano Nacional da População de rua já discrimina como tenho que trabalhar com a população de rua não sendo necessário passar por um conselho ou entrevistar pessoas em situação de rua para saber o que eles precisam, pois já foi feito nacionalmente, sendo que vou adequar ao município e aplicar e fala nos resultados que constam nas últimas páginas, como o fato que das mil e oitocentas e duas pessoas em situação de rua que passaram por Balneário Camboriú no ano de dois mil e dezenove, quinhentas e seis voltaram para a família e nenhuma delas foi para algum lugar onde vai dormir na rua. Informa que cento e dezesseis pessoas foram internadas numa comunidade terapêutica, e manifesta que isso não é papel da Inclusão Social e sim da Saúde, mas a Inclusão através da Casa de Passagem foi atrás e conseguiram as internações. Informa também que, cento e quatorze pessoas que chegaram em situação de rua ingressaram no mercado de trabalho. Conselheira Eliz questiona se Thiago tem os dados dessas pessoas para saber se as mesmas permaneceram no mercado de trabalho, para o qual ele informa que não tem esses dados e que ao ingressarem no mercado de trabalho essas pessoas começam a ser atendidas no CREAS e muitas começam a receber os benefícios do Bolsa Família, BPC, cesta básica, e trinta e duas pessoas começaram a trabalhar na cooperativa de resíduos sólidos Coopermar, que inclusive faz parte deste conselho (e nenhuma está trabalhando lá). Presidente Otávio fala que, pelo tamanho do município, existe a obrigatoriedade de ter um Centro POP, para o qual Thiago informa que não é obrigatório e que não existe TAC que cobre do município a implantação de Centro POP. Logo, Otávio fala a respeito da manifestação das pessoas que moravam nas proximidades do local onde iria ser o Centro POP, que seria na Rua 2000, e até hoje não foi feito. Acrescenta que deve observar, diante da lei, quais são os municípios que têm obrigatoriedade de ter Centro POP, de acordo com sua população, e manifesta que espera que as informações estejam bem corretas. Otávio fala de uma das reclamações, não direcionada para a Inclusão mas enquanto a uma das consequências do projeto, referente aos artistas de rua, fundamentalmente em temporada, sem cadastro, mas que apresentando sua arte eles recebem auxílio da população e diversos lojistas tinham feito denúncias, com o qual esses artistas foram retirados, para o qual sugere que as Secretarias de Inclusão e de Turismo, poderiam tentar fazer uma campanha de conscientização desses lojistas, pois isso acaba atraindo público que acaba vendo as vitrines e entrando nos comércios. Otávio esclarece que o questionamento é por quê se aborda o artista ao invés de tentar mudar essa cultura do lojista para que ele entenda como aquilo é interessante inclusive para ele e sugere uma passagem desse projeto para os lojistas. Logo, Thiago fala sobre a situação do artista que está no centro produzindo a sua arte, como estátua, com malabares, e outros. Relata que nestes dez meses que se encontra na Coordenação da Casa de Passagem desconhece artistas em situação de rua que vão para a Casa de Passagem que apresentem sua arte nos locais indicados pela Prefeitura, que a mesma já regulamenta, como a Praça da Cultura, localizada atrás do Shopping Atlântico. Informa que esses artistas são cadastrados pela Cultura. Informa que o que chega até a Casa de Passagem, que atendem via Abordagem Social, são pessoas que estão em situação de rua, fazendo malabares nos semáforos e que, às vezes cobram o dinheiro de maneira agressiva, inclusive a pessoas que estão caminhando. Dessa forma a Abordagem passa, aborda e informa da impossibilidade de prosseguir com aquilo que estão fazendo. Reitera que não atendeu nesses dez meses nenhuma pessoa na Casa de Passagem, que faz arte em Balneário, e esclarece a diferença entre os artistas de Balneário Camboriú como a dançarina vestida de rosa no calçadão, o homem de prata, o palhaço na frente do Burguer King, que são artistas que passam pela Fundação Cultural e se regulamentam, já que o município tem o incentivo à arte; que é muito diferente de pessoas que estão em situação de rua e utilizam do mecanismo de fazer malabares para ganhar dinheiro "para o consumo de drogas". Presidente Otávio informa que em gestões anteriores os artistas de rua (não moradores de rua) eram sim abordados e nem sempre de uma maneira agradável. Fala também que o projeto apresenta que um dos principais problemas é o uso do álcool que é uma droga lícita, da mesma maneira que a cafeína que estamos aqui consumindo por isso considera importante que seja especificado como uso de "drogas ilícitas", portanto devem ser colocados

dados que sustentem as afirmações para não se tratar de achismo. Conselheira Eliz pede a palavra e fala que é importante ao avaliar um projeto, buscar no Conselho Municipal dos Direitos Humanos, de qual perspectiva estamos avaliando. Eliz afirma, como Psicóloga representante suplente do CMDH, que é necessário olhar a singularidade dessas pessoas; quais são as pessoas, como estão sendo atendidas, e afirma que é necessário ter dados no projeto. Sugere, como encaminhamento, a avaliação do projeto. Considera importantes os apontamentos feitos aqui, e considera importante que o Conselho possa avaliar melhor e colaborar com o aprimoramento desse projeto, mesmo que já tenha dado resultado no ponto de vista de números, mas considera importante saber de que perspectiva estão falando, se é viável na perspectiva da gestão ou das pessoas que estão sendo atendidas e esclarece que o conselho está aqui para aprimorar os projetos e não para criticar ou se defender e sim para avaliar do ponto de vista dos direitos humanos. **Encaminhamento:** Eliz sugere que o projeto seja escaneado e encaminhado aos conselheiros para avaliação visando o aprimoramento, fazendo apontamentos tanto no projeto quanto no relatório, trazendo sugestões de alteração ou de aprimoramento para a próxima reunião do CMDH. Após, Thiago fala a respeito do trabalho desenvolvido visando atender os direitos dos moradores de rua e das atividades e parcerias, e salienta a importância de apresentar direitos e deveres como cidadãos. Diretora Marilene fala a respeito da parceria com os moradores de rua na Casa de Passagem, sendo que dois deles vieram contribuir voluntariamente com a limpeza da fachada da Casa, e tendo eles manifestado a vontade de trabalhar, foi feita a proposta de elaboração e encaminhamento de *curriculum* para inserção no mercado de trabalho. Presidente Otávio solicita encaminhamento do Projeto e do Relatório via e-mail, ao invés de escanear, visando a melhor visualização, para o qual Thiago irá encaminhar para o e-mail da Casa dos Conselhos. Logo Thiago informa que foi solicitada sua presença nesta reunião para apresentar o relatório e falar sobre o trabalho da Casa de Passagem, sendo que desconhecia a existência do ofício do conselho. Otávio informa que quando solicitaram a presença de uma pessoa que explique o projeto, a mesma se apresentou mas não trouxe o projeto e nem foi enviado antes. Diretora Marilene se coloca à disposição para auxiliar o conselho no sentido de estar articulando com a parte governamental no que se refere às demandas, como ocorreu neste caso da necessidade do recebimento do projeto. Presidente Otávio esclarece a função do conselho de controle social, no sentido de estar contribuindo com o governo como a ponte entre ele e a sociedade civil. Thiago considera importante que os projetos passem pelos conselhos mas fala dos casos emergenciais em que não há tempo hábil para isto, como o caso do projeto em questão, em que se tratava de duzentas e cinquenta pessoas morando na rua. E cita como exemplo o fato de uma ata do mês de abril estar sendo aprovada hoje neste conselho, e que da mesma maneira teve conselhos que mesmo sabendo da importância da aprovação do Regimento Interno, demoraram quase um ano para concluir esse processo. Acrescenta que tinha que ser resolvido de uma forma imediata e, solicita que conste em ata, não como era feito muitas gestões atrás em que colocavam as pessoas numa kombi e levavam para Florianópolis e despejavam lá. Otávio acrescenta que inclusive teve processos no Ministério Público por conta disso. Conselheira Eliz fala que são importantes as informações que Thiago faz mas é necessário esclarecer o motivo pelo qual uma ata do mês de abril foi aprovada somente agora. Fala na mudança na Casa dos Conselhos, também de áudios e atas, e que ela foi redigida só agora. Thiago sugere estar fazendo a ata durante a reunião, segundo ele, como outros conselhos também fazem. Marilene explica que na maioria dos conselhos as reuniões são gravadas e depois são redigidas as atas. Presidente Otávio questiona se foram dadas às pessoas outras opções, além da internação ou retorno às famílias, para o qual Thiago esclarece todas as opções e informa que está tudo registrado. Após, Otávio fala de um encaminhamento feito de uma pessoa que não é daqui, é da Argentina, estava com o parceiro dela, tem dois filhos, um de quatro anos e outro de quatro meses, e descobriu que o parceiro é problema para os filhos, e está querendo voltar para Argentina e não tem condição, e foi encaminhada à Secretaria de Inclusão Social, para o CREAS e para o CRAS. Thiago explica que esse encaminhamento é errado, e que por envolver crianças o certo seria encaminhar ao CMDCA



para que seja feito o encaminhamento necessário e que, mediante ofício do Conselho Tutelar o Resgate poderia comprar a passagem para ela retornar. Conselheiro Otávio tentou entrar em contato com Huanita do Conselho Tutelar e não conseguiu, mas irá fazê-lo novamente. Logo, Diretora Marilene solicita um ponto de pauta para a próxima reunião para repassar sobre a reunião do Colegiado dos Presidentes, e após agradecer se retira da sala justificadamente. Presidente Otávio irá marcar para a próxima semana, a partir das dezesseis horas. Finalmente Otávio faz menção à fala do Thiago referente à morosidade dos conselhos e cita como exemplo o COMUS, no qual a aprovação do Plano Municipal de Saúde referente ao ano de 2018, 2019, 2020 e 2021, só foi aprovado em 2019 e não pelo conselho porque só foi enviado pela Secretaria agora em 2019. Explica que essa morosidade não se deveu ao conselho e acrescenta que não só esse, mas tem diversos outros casos onde a morosidade se deve muito mais às Secretarias do que aos conselhos. Acrescenta que o caso desta ata de abril foi um caso isolado, tanto que a ata seguinte, que é a do mês passado, já foi aprovada e que não deve ser tomado um caso isolado como base, porque as outras atas estão todas aprovadas, sendo que já foram aprovadas atas posteriores a essa e que houve um problema por conta do áudio que acabou se perdendo antes de ser transcrito e foi passado novamente o áudio. Conselheiro Claudemir explica que essa ata atrasada não representou prejuízo para nenhuma pessoa e que a preocupação deles era que foi marcada uma reunião extraordinária e que não teve quórum, e atrasaram uma semana para aprovar apenas um acréscimo. Na continuidade, Presidente Otávio fala sobre a reunião referente à Parada Diversidade, sendo que após entrar em contato com a Associação não obteve ainda resposta, e convidou o Secretário de Articulação Governamental para falar da reforma administrativa para o qual é importante a presença de todos na próxima terça-feira. **Encaminhamentos:** É solicitado encaminhamento da composição das comissões do conselho. Conselheira Eliz solicita encaminhamento do Regimento Interno do CMDH. Presidente Otávio irá marcar a reunião extraordinária para a próxima semana. Não havendo mais nada a ser tratado, Presidente Otávio dá por encerrada a reunião e eu, Liliana Raquel Noto Inacio, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos conselheiros presentes para que surta os efeitos legais.

Claudemir
Liliana Raquel Noto Inacio

Eliz Maria Wigger

OTÁVIO